

Será lícito o lucro?

(Condensado de uma publicação do Conselho
Econômico do Estado de Nova York)

Por Fred I. Kent

UM MENINO de escola, impressionado com o modo, hoje em voga, de falar mal do sistema de lucro em que se funda o regime da vida americana, escreveu ao avô pedindo que lhe explicasse como era possível ter um lucro que não fosse tirado, em última análise, do trabalho de alguém. O avô era Fred I. Kent, presidente do Conselho da Universidade de Nova York, e antigo diretor do Federal Reserve Board. O dr. Kent respondeu como abaixo se vai ler à indagação do pequeno:

MEU CARO NETO:

VOU responder à sua pergunta o mais singelamente que puder. Lucro é o resultado de uma empresa, que aproveita, tanto ao empresário, como a pessoas outras. Vamos examinar como se passa este fato numa comunidade primitiva, digamos de 100 indivíduos, que o mais que possam tirar da sua capacidade seja a estritamente indispensável às meras necessidades fundamentais, mas, ainda assim, à custa de trabalho, de manhã à noite, e pesado.

Admitamos que a comunidade vive no sopé de uma montanha. Ela precisa naturalmente de água. Só há água, porém, numa fonte, no cimo da montanha, donde resulta que diariamente, cada um dos cem indivíduos tem que ir lá buscá-la. Isso lhes toma, para ir e vir, uma hora. Mas todos o vão fazendo, até que afinal um deles nota que a água da fonte corre para baixo, e na mesma direção em que ele desce ao voltar com a sua tina às costas. Ocorre-lhe então a idéia de cavar uma espécie de canal entre a fonte e o pedaço de terra onde tem sua morada. E mete mãos à obra, en-

quanto os outros, os 99, nem sequer prestam atenção ao que ele anda a fazer.

Um dia, o bom do homem colhe no canal uma pequena porção da água da fonte, e esta vem montanha abaixo, até que se detem numa bacia, que ele teve a precaução de preparar na planície, dentro de sua cerca. Ei-lo agora a dirigir-se aos outros 99, para lhes fazer esta proposta: se não de gastar cada dia nunca menos de uma hora para ir à fonte e voltar, forneçam-lhe, ao invés, de um por um, diariamente, a produção de apenas 10 minutos de tempo de trabalho, e ficarão, em troca, com o direito de retirar do seu reservatório a água de que precisarem. Ele, é certo, receberá 990 minutos do tempo dos outros homens cada dia, o que o dispensará de trabalhar, como vinha trabalhando, 16 horas diárias, para o estrito provimento das suas necessidades. Realiza, não há dúvida, um enorme lucro. Não é entretanto menos verdadeiro que a sua empresa importou, para os outros 99, num acréscimo diário de 50 minutos disponíveis.

Dispondo agora de folga, e sendo naturalmente curioso, o nosso empresário passa parte do seu tempo a observar a

descida da água pela montanha. Vendo pedras e toros de madeira arrastados na corrente, concebe uma roda hidráulica; e, não tardando a perceber que aquilo gera energia, acaba, após muitas horas de contemplação e trabalho, por conseguir colocar a roda a serviço de um moinho, para moer seu milho.

Daí até chegar à conclusão de que poderia moer, não só o seu, mas também o milho dos companheiros, não seria grande a distância. Surge, pois, nova proposta: «Eu darei permissão a vocês para moer no meu moinho o seu milho, se em compensação me derem o rendimento de uma décima parte do tempo que assim economizem.» Todos se declaram de acordo, e o empresário adquire um lucro adicional. Emprega o que vai recebendo na construção de uma casa, onde passa a viver com mais conforto, iluminada por melhores métodos, e protegida do frio. E assim vão marchando as coisas, visto que o homem encontra sempre meios de proporcionar aos demais economias de tempo, ainda que embolsando, em pagamento, um décimo do poupado.

Vem afinal um dia em que todo o seu tempo está livre. Emprega-lo-á como entender. Só trabalhará se quiser, e como preferir. Alimentação, alojamento, vestuário, tudo em suma lhe é fornecido, a ele, o centésimo, pelos 99 que com ele completam a comunidade. Seu espírito todavia está sempre em atividade, e aqueles dispõem de mais e mais tempo, devido aos seus planos e empreendimentos.

Por exemplo: ele nota que um dos 99 faz melhor calçado do que os outros. Como, dispondo de lucros, lhe é possível suprir o sapateiro do que lhe seja preciso, fá-lo consagrar todo o seu tempo à manufatura de calçados. Os 98,

já agora, não se verão mais na contingência de fazer os seus próprios sapatos. É justo que paguem, por isto, uma décima parte do tempo que gastavam em prepará-los; e o nonagésimo-nono, isto é, o sapateiro, já poderá trabalhar menor número de horas, porque parte do que é pago pelos 98, o empresário, isto é, o centésimo, reconhece que lhe cabe.

O que acaba de passar-se relativamente a calçados, amanhã se repetirá de referência a roupas, aparecendo o alfaiate. E assim por diante.

Em breve, e mercê invariavelmente do mesmo senso de iniciativa, é instituída uma divisão de trabalho, que resulta, cada vez mais, no emprego de membros da comunidade em serviços correspondentes às aptidões respectivas. Cada um vai sentindo o seu tempo mais desafogado. Exceção dos mais estúpidos, cada qual se torna interessado pelo que os outros vão realizando, e procura meios e modos de aperfeiçoar-se e progredir. O resultado final é que entra cada um a descobrir o lugar que lhe compete numa comunidade esclarecida.

Suponha entretanto que, ao formular o empresário aquela primeira proposta, sugerindo o uso da água do seu reservatório em troca da produção dos 10 minutos, lhe tivessem respondido: «Nós somos 99, e você é apenas um. Tiraremos toda água que quisermos. Nem você pode impedir que o façamos, nem lhe pagaremos coisa alguma.» Que teria acontecido? O incentivo de que precisava aquele espírito empreendedor, para desenvolver-se e produzir, estaria de logo anulado. Como e para que se interessar na solução de problemas, se, não obstante, ainda que os resolvesse, tinha de ganhar do mesmo modo, sob a mesma carga de trabalho, o pão de cada dia? Não haveria, conseqüentemente,

nunhum progresso na comunidade. Envolvida, tempo em fora, no mesmo obscurantismo, só restaria aos seus membros levar, ao preço dos mais penosos esforços, a mais restrita das vidas.

Tendo sido, porem, outra a hipótese, visto que os 99, em lugar de criarem embaraços, vieram, ao contrário, ao encontro do centésimo, a comunidade prosperou. Admitiremos que, dos 100, provieram muitas famílias. Crescidas as crianças, compreendeu-se que era necessário dar-lhes certa educação que as habilitasse para a vida. Como já havia por esse tempo um dado vulto de produção, dispensaram-se algumas pessoas de trabalhar para o seu próprio sustento, e as remuneraram, e as fizeram preparar-se para os misteres do ensino.

Desenvolvida a inteligência, as belezas da natureza se foram revelando mais visíveis. Entraram-se a desenhar cenários e animais, e era a arte que nascia. Dos sons que emanavam do estúdio da criação, e das próprias vozes do povo, extraiu-se a música. E os que se mostraram proficientes em música e pintura puderam consagrar todo o seu tempo a atividades artísticas, fornecendo aos demais as suas criações, em troca de uma parcela da produção do conjunto.

Continuando o progresso, cada membro da comunidade, concorrendo com alguma coisa das suas próprias realizações, se tornava, por outro lado, progressivamente dependente dos esforços dos demais. E, a menos que a inveja, o despeito, ou leis injustas embarguem o passo aos empreendedores honestos que beneficiam a coletividade, tudo irá progredindo sempre.

Será necessário dizer mais, para que fique provado que se pode ter lucro de iniciativas, sem tirar nada dos outros, mas, ao contrário, acrescentando, aos outros, facilidades de vida?

Tais princípios, que aplicamos a uma comunidade originária, prevalecem, em sua essência, numa grande nação. As leis que matam a iniciativa, e ferem as boas empresas, atentam contra o progresso. Não há porque temer o lucro legítimo, uma vez que está ligado ao benefício geral.

Cumpre-nos tratar de construir, em vez de procurar arruinar o que os outros construíram. Se não formos justos para com os nossos semelhantes, o mundo, em compensação, o não poderá ser para conosco.

Sinceramente,
Vovô

Ciência política

◀O PRESIDENTE Theodore Roosevelt, ao receber uma delegação do Kansas, que lhe solicitara uma entrevista em Oyster Bay, estava em mangas de camisa e sem colarinho. «Meus senhores,» disse ele, enxugando a testa, «tenho muito prazer em vê-los, mas estou agora muito ocupado, guardando o trigo. Venham comigo ao paiol, e conversemos, enquanto trabalho.»

Mas, ao chegarem ao paiol, não havia nenhum trigo no local, para ser guardado. «James,» gritou o Presidente para o empregado que se achava dentro do paiol, «onde é que está aquele trigo?»

«Sinto muito, senhor,» desculpou-se James, «mas é que eu não tive tempo de trazer o trigo para fora, depois do senhor ter trabalhado nele para a delegação de ontem.»

—*Christian Science Monitor*